

RECURSO ESPECIAL Nº 1.792.413 - SP (2019/0018622-7)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : D M DE O R
ADVOGADO : DAVIDSON GONÇALVES OGLEARI E OUTRO(S) - SP208754
RECORRIDO : L S J
ADVOGADO : EDSON PEREIRA DA SILVA E OUTRO(S) - SP325997
INTERES. : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por D. M. de O. R., com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 1.474-1.475):

PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PENSÃO POR MORTE. LEGITIMIDADE PASSIVA DO CORREU. COMPANHEIRO. UNIÃO ESTÁVEL. NÃO COMPROVAÇÃO. EXCLUSÃO DO ROL DE DEPENDENTES. GENITORA. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA. DEMONSTRAÇÃO. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. VERBAS ACESSÓRIAS. IMPLANTAÇÃO IMEDIATA DO BENEFÍCIO.

I - No caso dos autos, a ação promovida pela autora, objetivando a concessão do benefício de pensão por morte decorrente do falecimento de seu filho, repercute diretamente na esfera jurídica do alegado companheiro, dado que este já é titular de benefício de pensão por morte oriundo do falecimento do mesmo segurado instituidor, tornando indispensável a sua integração à lide como réu.

II - Considerando que a existência de dependente na classe anterior exclui os da posterior, nos termos do art. 16, § 1º, da Lei nº 8.213/91, somente poderá ser reconhecido o benefício de pensão por morte à autora, genitora do falecido segurado, caso seja descaracterizada a qualidade de companheira da corré, cujo direito já foi reconhecido na seara administrativa.

III - Malgrado o corréu alegue que conviveu maritalmente com o de cujus, há que se ter em conta a existência de sentença proferida em ação declaratória movida pela autora perante a Justiça Estadual, a qual reconheceu a inexistência de união estável entre o requerido e o finado.

IV - A sentença proferida pelo Juízo de Família e Sucessões, ao definir o estado das partes envolvidas, produz efeitos *erga omnes*, de modo que este Tribunal não detém competência para elidir os efeitos daquele julgado. Portanto, é incabível a rediscussão do que foi decidido pelo Juízo de Direito, competente para a declaração, em caráter definitivo, da situação jurídica mantida pelo *de cujus*, sob pena de incorrer em grave afronta à segurança jurídica.

V - A dependência econômica da demandante em relação ao filho falecido também restou comprovada nos autos por meio de prova documental corroborada por prova testemunhal.

VI - Na dicção do art. 76, *caput*, da Lei n. 8.213/91, [...] *A concessão da*

Superior Tribunal de Justiça

pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente, e qualquer inscrição ou habilitação posterior que importe exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a conta da data da inscrição ou habilitação [...] No caso vertente, o direito ao benefício de pensão por morte em comento foi reconhecido à autora na seara administrativa, sendo-lhe deferida a pensão por morte, a qual foi cessada quando se reconheceu a condição de companheiro do corréu Daniel.

Entretanto, o pagamento das prestações em favor da autora, no período em que o outro suposto dependente também vinha recebendo o benefício, implicaria ônus à autarquia previdenciária superior à integralidade do valor da pensão, em prejuízo de toda a sociedade. Desse modo, em homenagem ao princípio da razoabilidade, fica o termo inicial do benefício devido à autora fixado a partir da data da cessação da pensão por morte concedida ao corréu (06.06.2016).

VII - A correção monetária e os juros de mora deverão ser calculados de acordo com a lei de regência, observando-se as teses firmadas pelo E.STF no julgamento do RE 870.947, realizado em 20.09.2017. Quanto aos juros de mora será observado o índice de remuneração da caderneta de poupança a partir de 30.06.2009.

VIII - Condenado o réu ao pagamento de honorários advocatícios arbitrados em R\$ 2.000,00.

IX - Determinada a imediata implantação do benefício, nos termos do artigo 497 do CPC de 2015.

X - Preliminar rejeitada. Apelação do corréu improvida. Apelação da autora parcialmente provida.

Os embargos de declaração (e-STJ, fls. 1.493-1.496) foram rejeitados, nos termos da decisão de e-STJ, fls. 1.510-1.517.

A parte insurgente alega, nas razões do especial, violação dos arts. 115, parágrafo único, e 1.012 do CPC/2015.

Defende, em síntese, a ilegitimidade passiva do recorrente, uma vez que não foi requerida a sua inclusão na inicial e é defeso ao magistrado a inclusão sem provocação.

Sustenta que não deveria ter ocorrido o cancelamento do benefício, pois, ausente respaldo jurídico, a questão estava sob questionamento judicial e a apelação é dotada dos efeitos suspensivo e devolutivo.

Sem contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem (e-STJ, fl. 1.543), foram os autos remetidos a esta Corte de Justiça.

É o relatório.

De início, constata-se que as alegações sobre a suspensão do benefício antes do julgamento da apelação não foram decididas no acórdão impugnado, configurando-se a ausência do necessário prequestionamento da matéria.

O recorrente deveria ter indicado a violação do art. 1.022 do CPC/2015, o que não aconteceu no caso.

Logo, a matéria não foi objeto de apreciação no aresto impugnado, explícita ou implicitamente, incidindo no caso o disposto na Súmula 211 do

Superior Tribunal de Justiça

STJ: "Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal *a quo*".

No ponto:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO FICTO (ART. 1.025 DO CPC/2015). NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE INDICAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ. INTERPRETAÇÃO DA RESOLUÇÃO 29/2016-SEFAZ/AM. ATO NORMATIVO QUE NÃO SE EQUIPARA À LEI. FUNDAMENTAÇÃO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL DO ACÓRDÃO RECORRIDO.

1. O Tribunal de origem não se pronunciou sobre a matéria versada no art. 537 do CPC/2015, apesar de instado a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração. Nesse contexto, caberia à parte recorrente, nas razões do apelo especial, indicar ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, alegando a existência de possível omissão, providência da qual não se desincumbiu. Incide, pois, o óbice da Súmula 211/STJ.

2. Este Egrégio Tribunal possui o entendimento de que "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 10/04/2017).

3. O deslinde da controvérsia pressupõe o exame da Resolução 29/2016 da Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas, ato normativo que não se enquadra no conceito de "tratado ou lei federal", de que cuida o art. 105, III, a, da CF.

4. A Corte Local decidiu a controvérsia à luz de fundamentos eminentemente constitucionais (princípio da anterioridade nonagesimal - art. 150, III, c), matéria insuscetível de ser examinada em sede de recurso especial.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.287.195/AM, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/2/2019, Dje 26/2/2019)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSEH. ISENÇÃO DE CUSTAS. ART. 1.007, § 1º, DO CPC/2015. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES. SERVIDORA PÚBLICA. ACUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS PRIVATIVOS DA ÁREA DA SAÚDE. JORNADA TOTAL SUPERIOR A 60 (SESSENTA) HORAS SEMANAIS. ALEGADA VIOLAÇÃO AOS ARTS. 66, 67 E 71 DA CLT. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211/STJ. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E DA SEGURANÇA DO TRABALHO. SÚMULAS 283 E 284 DO STF. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS DA ÁREA DA SAÚDE. LIMITAÇÃO DA CARGA HORÁRIA. IMPOSSIBILIDADE, HAVENDO INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS.

REALINHAMENTO DA JURISPRUDÊNCIA DA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ, EM FACE DO ENTENDIMENTO DO STF. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE, EM FACE DAS PROVAS DOS AUTOS, CONCLUIU PELA COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. SÚMULA 7/STJ. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

[...]

V. Nos termos da jurisprudência do STJ, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em Recurso Especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (STJ, REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe de 10/04/2017). Hipótese em julgamento na qual o Recurso Especial não apontou violação ao art. 1.022 do CPC/2015.

[...]

X. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1.773.725/AL, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 11/6/2019, Djex 18/6/2019)

O Tribunal de origem afastou a ilegitimidade da parte interessada sob a seguinte fundamentação (e-STJ, fl. 1.467):

No caso dos autos, a ação promovida pela autora, objetivando a concessão do benefício de pensão por morte decorrente do falecimento de [...], repercute diretamente na esfera jurídica de [...], dado que este era titular de benefício de pensão por morte oriundo do falecimento do mesmo segurado instituidor (NB 163.041.004-4; fl. 203), tomando indispensável a sua integração à lide como réu.

No caso, o acórdão recorrido entendeu configurada a legitimidade passiva do autor, tendo em vista a sua indispensabilidade na integração na lide como réu, decorrente do falecimento do segurado.

Para afastar o entendimento a que chegou a Corte *a quo*, de modo a albergar as peculiaridades do caso e verificar se o recorrente é parte ilegítima, como sustentado nesta via, é necessário o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, o que se mostra inviável em recurso especial, por óbice da Súmula 7/STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROVATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 393/STJ. ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. REVISÃO. INVIABILIDADE. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. INOVAÇÃO RECURSAL EM AGRAVO REGIMENTAL. NÃO CONHECIMENTO.

1. A Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.104.900/ES, sob o rito dos recursos repetitivos, consolidou o entendimento segundo o qual a Exceção de

Superior Tribunal de Justiça

Pré-Executividade constitui meio legítimo para discutir questões que possam ser conhecidas de ofício pelo magistrado, como as condições da ação, os pressupostos processuais, a decadência, a prescrição, entre outras, desde que desnecessária a dilação probatória.

2. No mesmo sentido é a Súmula 393 do STJ: "A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória".

3. Assim, rever a conclusão exarada pelo Tribunal de origem, no sentido de reconhecer a prescrição ou a ilegitimidade passiva ad causam, é inviável em Recurso Especial, sob pena de violação da Súmula 7 do STJ.

4. A apontada divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fática e jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente.

5. Não merece ser conhecida a alegação extemporânea de violação dos artigos 620 do CPC e 47 da Lei 11.101/2005, visto que é inviável a análise de tese suscitada somente em Agravo Regimental que caracterize inovação recursal.

6. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 678.058/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 5/8/2015)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. ILEGITIMIDADE PASSIVA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. ENCARGOS SUCUMBENCIAIS. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. SÚMULA 303/STJ.

1. Inocorrência de maltrato ao art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, ainda que de forma sucinta, aprecia com clareza as questões essenciais ao julgamento da lide.

2. A análise das razões recursais, quanto à ilegitimidade passiva da recorrente, demanda o reexame do contexto fático-probatório, o que é inviável em sede de recurso especial diante do que dispõe a Súmula n.º 7/STJ.

3. O princípio da sucumbência, insculpido no art. 20 do CPC, está umbilicalmente ligado ao princípio da causalidade, segundo o qual aquele que deu causa à instauração do processo deve arcar com as despesas dele decorrentes.

4. Não apresentação pela parte agravante de argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada.

5. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(AgRg no Resp 1.280.289/MG, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 5/6/2014, DJe 17/6/2014)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

